

A QUESTÃO DA CULTURA OPERÁRIA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE O CASO INGLÊS

Nair Heloisa Bicalho de Sousa*

1. UM CONVITE À REFLEXÃO HISTÓRICA

As concepções de WALTER BENJAMIN sobre a História¹ estão centradas em um eixo fundamental: a articulação presente/passado mediada pela práxis humana. Na tese 4, a *luta de classes* é a representante da continuidade entre passado, presente e futuro. É neste plano que convergem teoria e prática. A questão em jogo é qual o tipo de lutas que ocorreram no passado e quem foram os perdedores e ganhadores. Um exame do passado mostra um conjunto de vitórias dos opressores, e, em certos episódios, os oprimidos se levantam mas são esmagados; a cada luta dos oprimidos colocam-se em xeque as vitórias dos poderosos. Daí a proposta de análise "do ponto de vista dos vencidos", não como regra metodológica, mas como adoção de certa visão do processo histórico que incorpora este ângulo.

Neste campo, a proposta de BENJAMIN é "escovar a história a contrapelo", o que do ponto de vista historiográfico e político implica em interpretar o passado na contracorrente da posição dos dominantes. Se são

os vencedores que escrevem a história, fazem-no de acordo com a visão que possuem dela e acabam por impô-la como a verdadeira. A regra desta história é a opressão, a violência, a barbárie, se vista na perspectiva dos perdedores. Cabe aos últimos, através da ação concreta, buscar uma saída que no longo alcance desembocaria na chamada "sociedade sem classe".

Um outro aspecto significativo da abordagem de BENJAMIN é a crítica à evolução linear da História. A imagem aterrorizada do anjo da tela de Klee (Tese 9) simboliza a idéia do progresso como uma catástrofe acumulando ruínas que nos afasta cada vez mais do paraíso perdido. Nesta metáfora combina-se o messianismo judeu com a utopia social. A era messiânica combinaria um retorno ao paraíso perdido e também algo totalmente novo (utopia). Diante disso, o anjo da História é um observador.

Está em jogo aqui a sua proposição admitindo o *progresso técnico e científico* não correspondente ao progresso histórico e social. É na ótica de uma concepção de história não progressista que se torna possível compre-

*Socióloga e doutoranda do programa de Sociologia da USP.

1. BENJAMIN, Walter. "Sobre o Conceito de História", in "Magia e Técnica, Arte e Política", Ed. Brasiliense, S. Paulo, 1987, 3ª edição.

ender o fascismo como uma barbárie moderna, racional, técnica, instrumental e científica. BENJAMIN não está negando a existência de um progresso técnico, mas sim sua relação direta com o progresso social. Nega, portanto, a idéia de um progresso "inevitável".

Nesta colocação está embutida uma crítica à idéia do *tempo* quantitativo do relógio (capitalista), repetitivo e vazio. Contrapõe a este um tempo histórico, numa certa perspectiva messiânica e "saturado de agoras". Não é o acúmulo quantitativo de acontecimentos para preencher um tempo homogêneo e vazio, mas o tempo trabalhado pela descontinuidade, pela heterogeneidade, um tempo qualitativo.

A partir dessas reflexões iniciais sobre o pensamento de BENJAMIN, torna-se possível um olhar sobre a história operária para resgatar o seu caráter dinâmico e criativo, que vem sendo desenvolvido pelos pesquisadores da História Social nos anos mais recentes.

2. HISTÓRIA OPERÁRIA: APONTAMENTOS PARA DISCUSSÃO

A História Operária entra em cena a partir da década de 1830, momento da própria constituição do proletariado como classe, despertando o interesse de literados e cientistas. Segundo HOBBSAWM² grande parte dos estudos sobre o tema realizaram-se fora da academia (os WEBBs na Inglaterra, DOLLÉANS na França, MEHRING,

BERNSTEIN e MAYER na Alemanha, DEUTSCH na Áustria), ou seja, constituiu-se uma produção "de dentro", a partir das lutas concretas.

A trajetória histórica dessas análises teve um momento onde predominou a "paixão da pesquisa" junto aos militantes operários do século XIX, enquanto em 1914 abriu-se uma seara de disputas teóricas entre os seguidores de Marx, Proudhon e Bakunin, tornando-se a partir de 1920 até meados da década de cinquenta uma "historiografia oficial do movimento operário."³

A apropriação da história operária pelos PCs transformando-a em "mito" desde os anos vinte resultou em um controle da memória coletiva relacionada ao movimento operário à medida em que se transforma em ideologia, cabendo ao partido a exclusividade do papel de representação da classe e reconstituição dos fatos históricos. HAUPT destaca criticamente a historiografia stalinista voltada para a justificação do poder político, com "medo profundo da realidade histórica", buscando mascarar e deformar para garantir a concordância e a submissão, conseguindo anestesiar e perverter a memória coletiva. O passado transforma-se em "segredo de Estado" e o acesso aos documentos históricos torna-se proibitivo aos pesquisadores, acabando por bloquear a percepção e a visão da realidade, tornando a história operária nada mais que uma ciência de legitimação do poder constituído.

Nos anos sessenta, um fértil de-

2. HOBBSAWM, Eric J. "História Operária e Ideologia" in "Mundos do Trabalho," Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

3. HAUPT, Georges. "Por que a História do Movimento Operário?," in Revista Brasileira de História, S. Paulo, vol. 5, nº 10, 1985, ANPUH, Ed. Marco Zero.

bate metodológico encabeçado por THOMPSON E.P., HOBBSAWN, E.J., PERROT, M e TREMPÉ, R. dentre outros, questionou o enfoque, adotado pela história tradicional, presa aos aspectos político-ideológicos e econômicos, abrindo um leque de níveis de análise (econômico, social, político, cultural, ideológico, etc), incorporando as contribuições das Ciências Sociais.

Esta abordagem conhecida como *História Social* habilitou-se a lidar com novos métodos e técnicas, exercitando-se na combinação de tipos diversos de quantificação com enunciados qualitativos. O grupo da HISTORY WORKSHOP, voltado para a história oral e memórias, formulando questões ao material levantado, é um exemplo vivo desta nova postura interessada no estudo da *classe* operária, ou seja, na relação entre base e liderança, trabalhadores conservadores e revolucionários, sindicalizados ou não, ao invés da preocupação exclusiva com a questão partidária ou ideológica.

HAUPT propõe uma combinação dinâmica no tratamento do movimento operário dentro desta nova ótica: a instância da *práxis*, do plano da experiência feito de derrotas e vitórias, mesclando o campo de luta com inúmeras articulações novas e indeterminadas e a instância da *tradição*, que ao ser mantida e transmitida "é ao mesmo tempo um elemento de coesão do grupo, um elemento de continuidade, um

fator mobilizador, uma fonte viva que alimenta a memória coletiva e a consciência de classe". Este entrecruzamento complementar e contraditório entre a História-práxis e a História-tradição permite reencontrar a experiência histórica através da mediação do presente.

3. A CULTURA OPERÁRIA: UM NOVO ENFOQUE TEÓRICO

Caberia perguntar: por que a ênfase da História Social na cultura operária? A historiografia que vinha sendo produzida entre 1920 e 1950 dentro da chamada perspectiva marxista estava centrada na questão político-ideológica, dando prioridade às instituições políticas e seus programas como também às lutas da classe operária. Nos anos cinquenta, como registra HOBBSAWM⁴, tem início um desabrochar da história social e da história das mentalidades populares sob o comando de diversos fatores: o milagre econômico e a expansão do ensino superior provocaram alterações na vida operária (maior consumo, pleno emprego, intelectuais oriundos do operariado, etc.), dando espaço aos estudos sobre cultura operária⁵; a esquerda britânica voltou-se para estudos concretos sobre a classe (E.P. THOMPSON, por exemplo); houve influência de correntes historiográficas estrangeiras (G. LEFEBRE inspira estudos sobre múltiplas pré-industriais) tornando-se significativo o reencontro com a Sociologia e seus métodos de trabalho.

4. HOBBSAWM, E.J. "As Classes Operárias Inglesas e a Cultura desde os Princípios da Revolução Industrial", in "Níveis de Cultura e Grupos Sociais", Edições Cosmos, Lisboa, 1967.

5. Referência específica aos estudos de R. WILLIAMS e R. HOGGART.

Dentre os autores da História Social Inglesa recente THOMPSON foi um dos que desenvolveu de forma mais detalhada a questão da *cultura operária*. Voltado para a situação da classe trabalhadora no final do século XVIII, tentou compreender o papel da cultura plebéia nesta sociedade. Partindo de uma visão dialética de *cultura*⁶ (processo de modelação das experiências em formas culturais), estabelece certas "polaridades dialéticas" entre a cultura refinada e a cultura plebéia. Seu pressuposto básico é o fato de esta cultura plebéia transmitir estilos de comportamento "ritualizados e estilizados", tais como a recreação ou a forma de protesto. As normas e práticas de comportamento são definidas internamente na própria cultura e reproduzem-se de uma geração à outra dentro das condições diferenciadoras oferecidas pelo *costume*. Este de fato torna-se um elemento legitimador da prática ou do protesto enquanto uso consuetudinário, direito prescritivo ou retribuição. Como contraponto, a *sanção* expressa-se através do ridículo, da força, da intimidação e da vergonha.

O paradoxo da existência de uma cultura tradicional não submetida ao domínio ideológico dos dominantes define um campo de forças entre a multidão/plebe e a "gentry", mediado por grupos profissionais e comerciantes, onde a cultura plebéia consegue manter-se livre para agir e se expandir, tendo como instrumento de controle a lei e constituindo o que THOMPSON chama de "*cultura tradicional rebelde*".

Aí está o núcleo de resistência às racionalizações econômicas patronais e governamentais (disciplina do trabalho, relações livres no mercado de cereais etc) e às inovações. As últimas, a plebe experimenta como forma de exploração, ruptura com os valores de trabalho e descanso e expropriação dos direitos de usos tradicionais, adotando uma atitude rebelde em defesa do costume, cuja legitimação vai buscar nas regulamentações paternalistas. Neste sentido, a lógica capitalista e o comportamento tradicional não-econômico mantêm-se em permanente conflito (resistência à inovação técnica ou racionalização, à disciplina do tempo, etc.) desencadeando posturas opostas entre a nova economia de mercado inovadora e a velha moral tradicional da plebe.

A *tradição* consegue se manter através da transmissão oral (narrativas e anedotas), da produção impressa circulante (romances, almanaques, relatos cômicos de crimes etc.) e das comunidades mais tradicionais que tentam impor suas expectativas através de forças poderosas de regulação social e moral.

Nesta perspectiva, a *hegemonia cultural da "gentry"* define os limites do possível e inibe o surgimento de horizontes e possibilidades alternativas (mantém-se apenas o "teatro" e a concessão, garantindo a permanência de "anteparos" diante de determinada direção) permitindo a coexistência de uma cultura popular vigorosa e autoestimulante, produto de sua práxis e recursos.

6. THOMPSON, E.P. "Lucha de clases sin clases", in "Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase - Estudios de la crisis de la sociedad preindustrial", Barcelona, Ed. Critica, 1979.

Esta situação de hegemonia cultural está articulada em um cenário histórico com características *paternalistas*, consideradas um "quantum social mágico" presente na unidade doméstica econômica, nas oficinas de pequeno porte e responsável pela retenção do confronto de classe até a emergência da industrialização. Centrado na figura do fidalgo latifundiário (casa grande como centro econômico, social, político e cultural e o fidalgo desempenhando funções de Estado), configurava mais um "modelo de um tempo antigo recentemente acabado" do que uma realidade. Isto porque a importância de um equivalente monetário para os mais diversos direitos e deveres dos cidadãos, o grau de riqueza acumulada, a fragilidade interna e a força externa do Estado formavam um conjunto de elementos com pequena composição paternalista.

Mas havia um plano onde esse modelo paternalista ideal ganhava grande importância. Para a multidão, as funções de supervisão dos mercados (vendas em horário determinado para os pobres, limites às vendas para comerciantes, leis contra o monopólio, comercialização direta entre produtor e consumidor) e de proteção ao consumidor (padeiros e moleiros eram considerados "servidores da comunidade" e

os pobres podiam contar com certa equivalência de preços entre a compra do grão no mercado e o custo da moagem) eram cobradas em anos de más colheitas e preços altos. Para os poderosos, este modelo era esquecido nas boas safras e retomado quando a inquietação popular voltava à tona.

Os chamados "*motins de subsistência*" que ocorreram principalmente na França e na Inglaterra⁷ entre 1765 e 1800 são um exemplo claro da existência de uma *economia moral da multidão*⁸ pautada na idéia tradicional das normas e obrigações sociais das funções econômicas tendo como apoio a tradição paternalista das autoridades. A ação direta e disciplinada das massas, voltada para a fixação dos preços do trigo, da farinha e do pão estava tomada pela crença da defesa de direitos e costumes tradicionais, respaldada no consenso da comunidade sobre práticas legítimas e ilegítimas de elaboração e comercialização do pão. Esta ação incluía ainda saques a armazéns, ataque às casas de comerciantes e impedimento da partida de navios carregados de grãos para o exterior.

Os motins eclodiram com maior frequência na região Norte e Oeste da Inglaterra, local de exportação do grão para o exterior, assumindo a forma de ação espontânea em pequena escala ou de grandes distúrbios sociais, indo

7. RUDÉ, George. "The Crown in History — A Study of Popular Disturbances in France and England 1730 — 1848", John Wiley and Sons Inc., N.Y., 1964. RUDÉ registra a ocorrência de motins de subsistência entre 1693 e 1847, sendo que no século XVIII os motins para fixar os preços do trigo, da farinha e do pão eclodiram nos períodos de pique dos motins de subsistência (1709, 1740, 1756-57, 1766-67, 1772, 1782-83, 1795 e 1800).

8. THOMPSON, E.P. "La Economía 'Moral' de la Multitud en la Inglaterra del Siglo XVIII", in "Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase", Barcelona, Editorial Critica, 1979.

dos mercados aos moinhos e desses às propriedades agrícolas exigindo a entrega do grão no mercado ao preço estipulado pela multidão. Compostos por trabalhadores industriais (oleiros, mineiros da hulha e estanho, tecelões etc), contavam também com grande número de mulheres (mais sensíveis aos aumentos de preços e experientes com os desfalques dos comerciantes). Contavam geralmente com certa mediação das autoridades que buscavam antecipar-se à sua eclosão através de tentativas de persuasão e de concessões. De modo geral, essas buscavam dominar os distúrbios de forma equilibrada e competente, evitando o uso da força militar, inclusive pelo medo da fúria popular contra eles (magistrados) por ocasião da saída das tropas.

Para THOMPSON, a curto prazo, os objetivos de fixação de preços foram frustrados, devido às diversas situações em jogo: produtores intimidados pela multidão negavam-se posteriormente a entregar seus produtos ao mercado; em relação aos preços, em alguns casos provocou queda, em outros a alta e em diversas situações houve pouca diferença de preço nas áreas onde ocorreram ou não ocorreram motins. O que de fato interessa ao autor é registrá-los como resultado de um consenso sobre a economia moral do bem estar público em tempos de escassez ("Book of Orders" dos séculos XVI e XVII).

Esta ótica popular propondo a ação direta da multidão em confronto com a economia moral dos paternalistas era composta por sentimentos de

indignação contra os comerciantes (diferenças dos pesos e medidas, boicote do produto, etc) e de ressentimentos contra as exportações sujeitas a prêmios. Estava em jogo o que THOMPSON denomina *equilíbrio estrutural* na relação entre a "gentry" (nova nobreza rural) e a plebe: liberdade para a multidão foi o custo da monarquia limitada e do Estado frágil em mãos da aristocracia e da "gentry". Este *campo de força societal* polarizado por interesses antagônicos tornava a liberalidade e a caridade atos premeditados para acalmar a multidão em tempos de escassez e de extorsão premeditada. Ato de concessão para os de alto, ato de conquista para os de baixo, era de fato uma *reciprocidade* na qual os pobres impunham à "gentry" deveres e funções paternalistas e a "gentry" exigia-lhes deferência em troca.

O esforço de THOMPSON no sentido de recuperar a história da classe operária inglesa na sua fase pré-industrial tornou a "Formação da Classe Operária na Inglaterra" uma obra ímpar, digna de uma equipe de pesquisadores. A riqueza das fontes (biografias, processos, registros paroquiais, cartas, etc) e o permanente diálogo com a literatura sobre o tema resultaram no re-enquadramento da perspectiva de análise onde a instância cultural é privilegiada. A combinação entre a religião, a tradição, o costume, a economia e a política dentro de um desenvolvimento global da sociedade inglesa, onde a classe trabalhadora é sujeito, tornam sua análise um eixo criativo de possibilidades que vão se configurando no decorrer do período estudado.

Os registros sobre a vida operária inglesa vinham sendo realizados desde o século XIX⁹. Apesar da consideração feita por HOBSBAWM acerca de as informações sobre a cultura operária serem fragmentadas, vagas e problemáticas, literatos como DISRAELI, DICKENS e GASKELL encarregaram-se de descrever a vida dos trabalhadores partindo de um certo "horror" de quem a via pelo lado de fora. Tomando o caso inglês como referência, até 1840 a população do país era predominantemente rural, voltada para práticas tradicionais (feiras e ritos religiosos), mantendo uma tradição oral de canções folclóricas principalmente entre os marheiros, mineiros e tecelões. A presença de movimentos como o cartismo, o jacobinismo, o radicalismo e o socialismo utópico caracterizou um período onde os "artífices" eram o ponto chave das manifestações populares, dominando o cenário político. Ainda que se possa concordar com HOBSBAWM sobre a impossibilidade da identificação de padrões da cultura da classe operária neste período,¹⁰ é preciso reconhecer que a existência de movimentos com forte componente ideológico nesta fase tende a favorecer uma interpretação no sentido de que a composição social (artesãos) desses permitia uma articulação bastante próxima entre a cultura operária e o movimento operário.

A partir de 1840, com a consolidação do capitalismo industrial na Inglaterra, tendo a fábrica mecanizada

como modelo, a classe operária passou a se apresentar com uma estratificação interna bastante nítida: no topo uma "aristocracia operária", composta por artesãos experientes, respeitados pelos governantes e servindo de modelo para as camadas inferiores (trabalhadores manuais). A base capitalista da sociedade passou a forjar determinadas práticas comuns entre os trabalhadores, assim como instituições de defesa de seus interesses coletivos (sociedades de auxílio mútuo e sindicatos).

Entre 1840 e 1880 abre-se um período de transição de um tipo de cultura operária para outro. É o momento em que se vai constituindo um estilo de vida urbano pautado em práticas e organizações profundamente distintas das existentes anteriormente. Se as seitas dissidentes tiveram forte influência na liderança dos movimentos pré-1848, no período seguinte já não se fazem sentir; o próprio caráter ideológico dos movimentos populares de forte base operária também já não se faz presente e mesmo as organizações sociais criadas para respaldar certos movimentos (ex: Clube dos Trabalhadores Radicais) acabam mudando seus objetivos nas duas últimas décadas do século. Admitindo a descontinuidade do movimento operário inglês, o final da década caracteriza-se por inúmeras especificidades da vida operária.

A estratificação social em torno de 1880 já apresentava contornos bem

9. HOBSBAWM, E.J. "A Formação da Cultura da Classe Operária Britânica", in "Mundos do Trabalho", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

10. HOBSBAWM, E.J., op. cit. 1987, p. 257.

delineados: uma classe operária constituída, uma nova "baixa classe média" e uma burguesia liberal influente. A oposição dos valores da burguesia (individualismo) e classe trabalhadora (solidariedade, vida comunitária), a não incorporação dos trabalhadores ao consumo capitalista e o conflito permanente entre cultura burguesa e proletária acabaram por resultar em certo separatismo entre as classes,¹¹ pensar de uma aparente cultura comum (cristianismo, sistema de ensino etc).

Nesta base social diferenciada vai se moldando a "nova cultura operária" pautada em hábitos e práticas urbano-industriais onde estão presentes o consumo mais amplo de calçados, vestuário, educação etc.¹² Atividades como o futebol, o "music hall", o "pub", e a leitura de revistas, o uso de boné, as férias etc vão penetrando o universo operário e caracterizando um novo perfil da classe trabalhadora.

JONES reforça as colocações de HOBBSAWM¹³ ao tratar da cultura e política operária em Londres no período 1870-1900. Caracteriza o período vitoriano e eduardino pela queda do radicalismo artesão, transferência dos interesses pela política e educação para o "pub", a corrida de cavalos e o "music hall". Citando BOOTH ("Life and Labour", Series 3, vol. 4, 5, 7) apresenta a cultura operária da época impermeável às influências externas e

substantivamente *conservadora* tendo como ponto central o lazer, a distração, a hospitalidade e o esporte. Enquanto a classe média inglesa de forte tom aristocrático voltava-se para a escola, a aula noturna, a biblioteca e a "friendly society", a classe trabalhadora freqüentava "pubs", lia jornais esportivos, assistia corridas de cavalos e estava presente massivamente nos "music halls". Assim, feiras e competições, apostas e jogos iam entretendo os trabalhadores em um momento no qual o secularismo, o republicanismo e a cultura internacionalista dos anos pré-1848 haviam praticamente desaparecido no raiar do novo século.

Cabe destacar ainda nesta "nova cultura operária" o papel de isolamento da *mulher operária*, presa às tarefas domésticas e com poucas alternativas de participação na vida social mais ampla. No período pré-1848 estava ausente das instituições políticas e de lazer, na fase posterior, manteve-se presa às tarefas do lar sem desfrutar das novas instituições recreativas como o "pub" e o "music hall". Apenas as solteiras foram gradativamente tendo acesso a esses locais. Daí não parecer exagero a afirmação de HOBBSAWM acerca da mulher casada: presa a tarefas rotineiras, tinha no dia do casamento o "ápice" de sua vida pessoal, pautada por responsabilidades domésticas que resultavam em seu definhamento físico e social.¹⁴

11. HOBBSAWM, E.J., op. cit. 1967, p. 249.

12. Este acesso a um maior número de produtos materiais está vinculado ao forte e extenso imperialismo inglês, favorecendo o barateamento de determinados produtos alimentícios.

13. JONES, Stedman. "Working Class Culture and Working Class Politics in London, 1870-1900: Notes on the Remaking of a Working Class".

14. HOBBSAWM, E.J., op. cit. 1987, p. 266.

Esta cultura operária que se solidifica no final do século XIX estende-se até a década de 1950, momento este de integração definitiva na moderna sociedade de consumo capitalista. O acesso à habilitação, ao lazer, ao rádio e à loteria esportiva foi constituindo um estilo de vida padrão da classe trabalhadora que, segundo HOBBSAWM, trouxe abalos nas bases do movimento operário, na consciência de classe e no próprio modo de vida dos trabalhadores. Apesar desses "apelos" do capitalismo, sua avaliação é no sentido do não aburguesamento da classe traba-

lhadora, mesmo porque a classe está mais sólida, enquanto a distância entre burguesia e proletariado não deixa de se aprofundar. Reconhecendo sua articulação em torno do Partido Trabalhista, cujo programa não é radical, e estando organizada em sindicatos de "skills" (tradicionais) e de categoria (mais recentes) não parece tão fácil aceitar a apreciação de HOBBSAWM. Se de fato os sonhos de MARX não se realizaram na Inglaterra (o país mais próximo da derrocada do capitalismo), ainda hoje parece difícil dizer que a mudança esteja próxima.